

Adroaldo indica 'erro' de

O ESTADO DE S. PAULO — 27

constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A decisão de proibir os bancos estrangeiros de atuarem no mercado brasileiro poderá trazer efeitos nocivos à renegociação da dívida externa, afirmou o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, aos constituintes que integram a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembléia Constituinte.

"É um erro gravíssimo", insistiu o secretário do Tesouro Nacional, Andréa Calabi, referindo-se aos artigos do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro que proíbem aos bancos estrangeiros estabelecidos no Brasil a captação de depósitos ou qualquer espécie de recursos no mercado brasileiro, além de vedar a participação acionária do capital estrangeiro em instituições financeiras nacionais.

Adroaldo e Calabi falaram aos constituintes na noite de terça-feira, em uma reunião da comissão que foi terminar depois das 21h30. Confessando sua preocupação com a aprovação daqueles dois dispositivos pela subcomissão, o diretor do Banco do Brasil expôs à comissão os riscos que a economia brasileira estaria correndo caso a Constituinte chegue a aceitá-los em sua versão definitiva.

"As relações financeiras entre os países se baseiam na reciprocidade", afirmou Adroaldo. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas.

O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o BB realiza 58% de seu lucro nas operações externas, disse o diretor. Adroaldo citou os números, para provar sua tese: o BB tem hoje em suas 33 agências estrangeiras US\$ 3,5 bilhões só em depósitos interbancários, que somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior.

Esse total é maior que o volume dos depósitos do BB dentro do Brasil, que anda em torno dos US\$ 4 bilhões segundo Adroaldo. E mais: é maior que o total dos depósitos cap-

tados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam — incluindo-se aqueles onde o capital estrangeiro tem participação parcial —, que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões ainda de acordo com os números do diretor do BB.

Adroaldo Moura ressaltou que a diferença seria maior ainda se fossem computados os depósitos mantidos por outros bancos brasileiros que operam no Exterior, como o Banespa e alguns grandes bancos privados. O diretor do BB lembrou ainda que o Banco do Brasil tem participações acionárias em bancos de todos os continentes, em associação com capitais europeus, japoneses, árabes, e latino-americanos, que também estariam ameaçadas de retaliação se o Brasil não admitir a reciprocidade de tratamento.

Finalizando, Calabi e Adroaldo Moura disseram que são favoráveis a regulamentação da atividade dos bancos estrangeiros no Brasil, nas formas que o País julgar conveniente para seu desenvolvimento. Mas lembraram o momento delicado de renegociação da dívida externa, afirmando que teria mau efeito uma postura agressiva do Brasil em relação aos bancos estrangeiros.



Adroaldo: riscos para o BB



Simonsen: artigo chamou a atenção

Comissão pode ouvir Simonsen

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão do Sistema Tributário poderá convidar o ex-ministro do Planejamento, Mário Simonsen, para um debate mais aprofundado sobre as críticas por ele feitas num artigo publicado no jornal *O Globo* de ontem, no qual faz críticas a alguns pontos do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, principalmente às restrições para as nomeações de presidente e diretor do Banco Central, a vedação às atividades dos bancos estrangeiros e a competência exclusiva do Congresso para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária.

Uma corrente formada de vários constituintes membros da comissão se articula para obter do plenário a exclusão da maioria dos dispositivos do anteprojeto elaborado pelo deputado Fernando Gasparian, do PMDB de São Paulo, considerado exageradamente estatizante e xenófobo. Esses constituintes pretendem valer-se dos argumentos do ex-ministro Mário Simonsen para demonstrar a inviabilidade da implementação dos dispositivos acolhidos pela subcomissão.

CRÍTICAS

Simonsen participou, em abril passado, de uma audiência pública promovida pela Subcomissão do

Sistema Financeiro, oportunidade em que, inquirido pelo relator Fernando Gasparian, teve a oportunidade de desaconselhar várias das propostas que ele tinha em mente aproveitar em seu relatório.

Uma dessas propostas se referia ao restabelecimento da lei da usura, um dispositivo constitucional que limitava a taxa máxima de juros a 12% ao ano. Ao condenar a iniciativa, Simonsen disse que era uma inovação esdrúxula uma Constituição tabelar juros e um risco da medida ser desmoralizada pelo mercado. Ele explicou, na ocasião, que taxa de juros é função dos movimentos de oferta e demanda de moeda. Gasparian, mesmo assim, incluiu o dispositivo no seu anteprojeto sendo, no entanto, excluído pelo plenário da subcomissão.

A concessão de competência exclusiva ao Congresso para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, igualmente condenada por Simonsen, é um dos dispositivos mais visados pelo grupo que se articula no âmbito da Comissão do Sistema Tributário para derrubar o anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro. Embora sem querer interferir diretamente nos trabalhos da Constituinte, o Executivo, através de ministros e altos funcionários da área econômica, está instruindo os constituintes para argumentarem contra a permanência daquele dispositivo.